



## APONTAMENTOS SOBRE UMA GERAÇÃO DE MULHERES REVOLUCIONÁRIAS

Maria Lygia Quartim de Moraes<sup>1</sup>

### RESUMO

A generalização da tortura em presos e suspeitos, o desaparecimento de oponentes políticos, os presídios políticos e os tribunais militares dominaram a América Latina no período das ditaduras militares. As perseguições **políticas** provocaram a fuga de centenas de militantes ou suspeitos para países em que pudessem viver com maior segurança. Existe hoje uma volumosa bibliografia latino-americana sobre o tema da memória e do exílio, o que permite observar alguns temas recorrentes, como a constante referência ao país natal e projeto de retornar, o que nem sempre foi possível. Este artigo sintetiza o resultado de vários projetos de pesquisa sobre o tema do terrorismo de Estado, a experiência prisional, o exílio e os impasses da justiça transicional. Ao mesmo tempo, busca ressaltar a dimensão de gênero e as sevícias impostas às mulheres.

**Palavras chaves:** terrorismo de Estado, Cone Sul, memória política, mulheres revolucionárias.

### ABSTRACT

The widespread torture of prisoners and suspects, the disappearance of political opponents, political prisons and military courts dominated Latin America during the period of military dictatorships. Political persecution caused hundreds of militants or suspects to flee to countries where they could live with greater security. Today, there is a voluminous Latin American bibliography on the subject of memory and exile, which allows us to observe some recurring themes, such as the constant reference to the home country and the plan to return, which was not always possible. This article summarizes the results of several research projects on the topic of state terrorism, the prison experience, exile and transitional justice impasses. At the same time, it seeks to highlight the gender dimension and the abuse imposed on women.

**Key words:** State terrorism, Southern Cone, political memory, revolutionary women.

---

<sup>1</sup> Socióloga, formada em Ciências Sociais pela USP (1963-66), com cursos de pós-graduação na França e no Chile (1970-74). Doutorou-se em Ciência Política pela USP (1982), defendeu sua livre-docência na UNICAMP (1997) e tornou-se professora titular da UNICAMP em 2004. Especialista em sociologia clássica é também pesquisadora das áreas de estudos sobre movimentos sociais, família e gênero, direitos humanos e memória política no período 1964-82. Publicou livros, capítulos de livros e artigos no país e no exterior. Atualmente, é professora na Pós-Graduação em Sociologia da UNICAMP, pesquisadora do Pagu - Núcleo de Estudo de Gênero da UNICAMP e do Grupo "Família, Gênero e Sociedade" do CNPq. Presidente da Comissão da Verdade e Memórias a "Octavio Ianni" da UNICAMP.(2013-15). Ela foi exilada no Chile e depois na França, sendo que posteriormente, seu marido foi preso e assassinado pelos órgãos da ditadura militar.

## A violência como arma de dominação

“Não devemos esquecer que Auschwitz não foi liquidado de modo algum por ter sido Auschwitz e sim porque a roda da fortuna da guerra mudou: e, desde Auschwitz, não aconteceu nada que pudéssemos interpretar como uma refutação dele (Kertész, 2007, p.95).

O Brasil, a Argentina, o Uruguai e outros países da América Latina foram vítimas de ditaduras militares sanguinárias nas décadas de 1960 e 1970. É difícil uma avaliação exata do número de pessoas atingidas no período das ditaduras militares dado que – entre outras violações aos direitos humanos – a repressão político-militar desenvolveu o método de desaparecer com os corpos, vale dizer "matar a morte". Possivelmente, em termos quantitativos, a ditadura argentina superou os recordes, com seus 30 mil casos de mortos e desaparecidos. Além do mais, o terrorismo imposto pela direita militar argentina e seus inúmeros e inescrupulosos aliados foi particularmente cruel com as mulheres e crianças. São mais de quinhentas crianças "desaparecidas", vale dizer, sequestradas pelos torturadores e entregues a famílias desejosas de adotar crianças, especialmente entre os próprios militares, repressão direta. Por isso, quem caminha em Buenos Aires não pode deixar de ler *o ni olvido, ni perdón* pichado pela cidade. E a imponência da *Plaza de Mayo*, onde as mães e familiares dos mortos e desaparecidos criaram um dos mais longos, tenazes e importantes movimentos de denúncia das atrocidades cometidas.

É importante lembrar que, nos anos 1960, o exemplo da resistência do Vietnã à invasão americana, bem como as lutas populares que levaram à derrocada do ditador Fulgêncio Batista, em Cuba serviram de bandeira de luta para os jovens de várias partes do mundo ocidental. As revoltas estudantis, nos Estados Unidos, na França, na Alemanha e outros países democráticos colocavam na ordem do dia o desejo de transformar a realidade social.

Na América do Sul, muitas das manifestações estudantis assumiram principalmente a dimensão de uma luta política contra a ditaduras militares. Os *tupamaros*, no Uruguai; os *montoneros* na Argentina atraíram jovens intelectuais, vanguardas sindicais e velhos militantes políticos. No Brasil, desiludidos com aquilo que lhe parecia o imobilismo da esquerda tradicional, os estudantes universitários e

secundaristas, nas principais cidades do país, aderiram às teses da luta armada como único meio de derrubar a ditadura militar. A resposta dos chefes militares não se fez esperar: em dezembro de 1968, foi assinado o Ato Institucional n.º 5, instituindo a censura à imprensa, novas cassações e, na prática, um regime de estado de sítio e terrorismo de Estado.

Na década dos anos 1970, para além da luta armada, surgiram novas perspectivas de transformação política através do projeto de união das esquerdas, com uma plataforma gradual de transformação socialista da economia e da sociedade. Na França, o Partido Socialista, de François Mitterrand, e o Comunista, de George Marchais, uniram-se para conquistar o poder através do voto. Também no Chile, socialistas e comunistas uniram-se no projeto da *Unidad Popular*, para disputar as eleições presidenciais de 1971. A democracia-cristã, no poder com Eduardo Frei e a direita chilena, do Partido Nacional, concorreram com candidatos próprios, perdendo as eleições para Salvador Allende, do Partido Socialista. Não obstante a histórica propaganda da direita – que garantia que as crianças chilenas seriam enviadas para a União Soviética (!), caso a esquerda vencesse – e de suas tentativas de desestabilizar a entrega da faixa presidencial, Allende foi empossado, realizando um governo de reformas populares e constituindo-se num exemplo e numa esperança para toda a América Latina. Além dos asilados, muitos brasileiros passaram a residir no Chile atraídos pelas qualidades desta experiência histórica.

No dia 11 de setembro de 1973, o general Augusto Pinochet liderou um golpe militar que implicou no bombardeamento por avião da capital Santiago, estado de sítio, massacres nas *poblaciones* que agrupavam militantes de esquerda, fuzilamentos em massa e perseguição aos brasileiros, que ficaram sujeitos a ser denunciados tal como conclamavam as rádios golpistas (todas as rádios e jornais foram tomadas pelos militares). Apesar dos voos comerciais permanecerem proibidos por 10 dias, um grupo de policiais brasileiros e seus instrumentos de tortura chegaram em Santiago alguns dias depois. A estreita colaboração entre as ditaduras do Cone Sul, nomeada como Operação Condor<sup>2</sup>, aumentou a vulnerabilidade dos e das militantes políticas. O exílio político

---

<sup>2</sup> O relatório da Comissão Nacional da Verdade, volume 1, capítulo 6, trata das “Conexões internacionais: a aliança repressiva no Cone Sul e a Operação Condor”. ([https://www.gov.br/memoriasreveladas/pt-br/assuntos/comissoes-da-verdade/volume\\_1\\_digital.pdf](https://www.gov.br/memoriasreveladas/pt-br/assuntos/comissoes-da-verdade/volume_1_digital.pdf)), Visto no dia 07/04/2024).



fechou suas portas nessa parte do continente e milhares de pessoas buscaram asilo em países europeus. Entre eles, França, Suécia e países do bloco soviético.

A diáspora sul-americana trouxe muito sofrimento, mas também o contato com o pujante feminismo francês e italiano. As militantes brasileiras se organizaram em grupos de discussão que foram ganhando uma dimensão extrafronteiras, como foi o caso do Círculo de Mulheres na França.

## **Testemunhos femininos: mulheres na luta armada e as ditaduras sul-americanas**

A militância política das mulheres na luta armada implicava em radical rompimento com o padrão da moça bem-comportada, virgem, futura mãe de família. O moralismo imperante fazia com que a sexualidade também fosse colocada em suspeição. No Brasil, encontrar pílulas anticoncepcionais na bolsa de alguém tinha o valor de “prova documental”, como é fácil recuperar pelas primeiras páginas dos jornais que mostravam as provas da subversão entre os estudantes da USP que se alojavam no Conjunto Residencial (CRUSP). O pano de fundo da participação política das jovens estudantes reside na diversificação do capitalismo, na ampliação da presença feminina no mercado de trabalho e nas transformações dos valores e instituições. O acesso à instrução superior constituiu uma das vias preferenciais da emergência do ativismo político das jovens de classe média.

Esta é uma dimensão de *gênero* na questão do comportamento político e na relação com a própria experiência. O levantamento da literatura de testemunho revela um fato interessante: são raríssimos os livros escritos por mulheres, não obstante a significativa participação feminina na luta armada e as torturas, mortes e desaparecimentos de corpos. Muitas das que sobreviveram à tortura e à prisão são jornalistas, professoras universitárias e intelectuais acostumadas a escrever. Por que há tão poucos relatos de mulheres na primeira pessoa?

O registro da experiência das mulheres deverá ser procurado, assim, nos inúmeros livros construídos a partir de depoimentos ou de reconstrução histórica. O primeiro deles foi organizado por quatro mulheres muito próximas ao tema do exílio, dentre as quais Albertina de Oliveira Costa, presa e torturada pela equipe do famigerado delegado Fleury.



O livro *Memória (das Mulheres) do Exílio* foi editado em 1980. Outro livro pioneiro foi *Iara: Reportagem Biográfica*, escrito por Judith Patarra e publicado em 1992. Nesse caso, a autora busca recuperar a biografia da jovem psicóloga Iara Iavelberg, companheira de Carlos Lamarca, morta ao ser presa. Aluna da USP e personagem da rua Maria Antônia, Iara simboliza a mistura de romantismo, idealismo e inexperiência destes rapazes e moças que fizeram a opção radical da luta armada. Iara também foi homenageada pela professora de literatura da USP, Walnice Galvão que, numa das primeiras homenagens públicas às guerrilheiras, lhe dedicou o texto “Frequentação da Donzela-Guerreira”. A transgressão feminina constitui uma dupla transgressão (Galvão, 1979, p.19-31). A mulher que extrapolou seu universo doméstico e feminino para *agir como homem* recebe uma estigmatização adicional por desafiar o “código de gênero de sua época”, tal como sucedeu com as mulheres que participaram da resistência armada. Em *Tiradentes, um presídio da ditadura*, a ex-presa política Dulce Maia relata o seguinte:

Tendo sido a primeira mulher sequestrada com envolvimento direto em ações de luta armada, era-me concedido um tratamento duplamente ‘especial’. O primeiro, aquele mesmo tratamento que dispensavam a meus companheiros homens por haverem ousado pegar em armas contra o arbítrio e intolerância do regime ilegítimo dos militares. O segundo, pela minha condição de mulher, atrevimento duplo. Tanto na linguagem como nos maus tratos, os verdugos faziam questão de demonstrar seu ódio por mim. (Freire, 1997, p.99)

Enquanto temos uma extensa bibliografia brasileira de relatos biográficos masculinos, como o pungente *Memórias do Esquecimento* de Flávio Tavares, os best-sellers de Fernando Gabeira, os *Tirando o capuz* de Álvaro Caldas, *O Baú do Guerrilheiro* de Otoniel Fernandes Junior e muitos outros, os relatos femininos só aparecem na forma de depoimentos concedidos a jornalistas, como no caso de *As Mulheres vão à luta armada* ou pequenos textos publicados na coletânea sobre o presídio Carandiru. *No Corpo e na Alma*, de Derley Catarino de Luca, publicado em 2002, constitui uma exceção à regra: é o único livro escrito por uma mulher, tendo como tema sua história política. Esta é realmente uma marca de gênero.

Este livro foi uma catarse. Também foi uma necessidade. Cada pessoa que me conhece pergunta como foi a clandestinidade, quer saber da prisão e da experiência da nossa luta. Uns questionam se valeu a pena .... Se não foi em vão, tantos mortos

e desaparecidos. Mas os heróis da Pátria não morrem. Desaparecem fisicamente. (Luca, 2002, p.21).

O depoimento de Derley é uma denúncia radical do terrorismo de Estado, do sadismo dos torturadores e do horror à mercê de psicopatas. Mas é também uma crítica severa ao machismo de sua então organização revolucionária, composta por católicos de esquerda e conhecida como AP- Ação Popular. Tendo escapado de ser presa por usar um nome falso e não ter sido identificada pelos policiais, Derley foge com seu bebê de três meses após a prisão de seu companheiro. Seu maior medo é que o filho caia nas mãos da polícia e que sofra os mesmos maus tratos que outras crianças de prisioneiras políticas. “Zé, no meu colo, está quieto. Lembro de Igor, na Bahia; da filha de Hilda no DOPS de São Paulo, e fico alucinada de medo que aconteça algo com meu filho.”(Lucca, 2002, p.272).

Após quase um ano fugindo de um lado para o outro, é enviada pela organização para São Paulo. Lá, um dirigente propõe sua ida para o Araguaia, com o seguinte argumento: “ Você não tem alternativa. Não pode renegar sua militância, não tem mais futuro legalmente. Não pode ser presa agora. Mas pode morrer heroicamente no Araguaia.” Mas Derley não quer morrer no Araguaia. Diz ela:

Deixei profissão, vida legal, futuro, sonhos, energias, entreguei todo meu entusiasmo, minha juventude. Perdi o marido, abandonei meu filho, perdi tudo para ver a AP desintegrar-se desta maneira? (...) Dei tudo o que podia dar, fiz tudo o que podia fazer. Agora quero criar meu filho. Não quero morrer heroicamente no Araguaia. (Lucca, 2002, p.275).

Derley consegue sair do Brasil e se refugia no Chile. Poucos meses depois, com o golpe de Estado de Pinochet, é obrigada a se refugiar na embaixada do Panamá e, depois de algum tempo, para um campo de refugiados nesse país. É lá que se inteira da prisão e morte de companheiros queridos de militância nas mãos da ditadura brasileira. Apesar de seu desespero, Derley decide que vai sobreviver. “Ódio é também uma razão de viver quando não existe mais nada. Vou sobreviver. Vou criar meu filho, vou contar essa história”. (Lucca, 2002, p.301).

Outras muitas militantes e ex-presas políticas, como as irmãs Criméia Grabois e Amélia Telles, ao sair das prisões denunciavam corajosamente seus torturadores. São elas, conjuntamente com Eleonora Menecucci, as primeiras testemunhas no processo contra o

coronel Brilhante Ustra que as torturou em repetidas vezes. Esse militar, em plena sessão do tribunal, chamou-as de vadias, putas e mentirosas.

Pode-se mesmo estabelecer uma certa lógica entre aquelas que foram presas por serem militantes e as que terminaram sendo presas e torturadas por serem ‘simpatizantes’, vale dizer, terem dado abrigo ou serem muito próximas de militantes procurados. Foram especialmente essas últimas as que preferiram se calar, enterrar o passado. Com o risco do seu presente se tornar “um volume cheio de esquecimento”(Jaffe, 2012. p.165).

No Uruguai, a iniciativa de publicar depoimentos surgiu de um grupo de ex-presas políticas do *Taller de Género y Memoria* que realizou um chamado público e, após uma seleção, publicou cerca de 150 textos. Eis o depoimento de Gianela Peroni:

Yo no fui una excepción. Los días de interrogatorio y tortura fueron muy duros, tanto que mi mente ha borrado gran parte de estos días (¿meses?). Sin embargo las huellas que tuve en el cuerpo tardaron en borrarse (¿Se borraron?)

A pesar de tener todas se ensañaran igual: pasé por lo que pasaban casi todos los presos: picana, submarino, golpes, plantón y, también, como a otras mujeres, me desnudaron, me humillaron y desgarrar las partes más íntimas de mi cuerpo. Lo hicieron con n palo de escoba, mientras se burlaban a gritos. (*Taller de presas políticas*, tomo 2, p.34)

## **Memórias do companheirismo e da sororidade**

Assim, pode-se dizer que todas as ditaduras latino-americanas utilizaram em larga escala as práticas de violência física e psicológica, que se iniciavam com o sequestro dos militantes e tinham como desfecho a morte provocada pelos inimagináveis sofrimentos e humilhações a que foram submetidos milhares de militantes de ambos os sexos, em sua maior parte jovens. Passar da etapa da clandestinidade dos porões da ditadura para a fase legal correspondia a uma espécie de garantia de vida. Nesta fase, existia um mínimo de aparência legal e foi o momento em que, mesmo com todos os riscos que tal atitude implicava, muitos denunciaram as sevícias sofridas e a morte de militantes que haviam testemunhado.

Em muitos aspectos as prisões brasileiras ofereciam condições melhores de sobrevivência. Os presos se comunicavam, ficavam juntos, podiam exercer atividades culturais. Na Argentina e no Uruguai as práticas eram concentracionárias: no Uruguai, com imobilidade forçada, capuz na cabeça, proibição de ginástica e uma disciplina

militar. As visitas eram outro motivo de terror, dada a brutalidade com que eram tratados os visitantes.

Retornemos aos mais acurados testemunhos das condições carcerárias brasileiras, o já citado *Tiradentes, um presídio da ditadura*. Memórias de presos políticos. Nele, 35 ex-presos políticos, dos quais 10 mulheres, dão seu depoimento. Uma delas, Eleonora Menecucci de Oliveira (ministra de Política para Mulheres no governo Dilma) - depois das torturas sofridas, do medo de ser assassinada e de se tornar mais uma “desaparecida” - relembra sua chegada ao presídio e a importância do acolhimento de outras presas:

quando cheguei, recebi de Joana e Dilma (\* Roussef, ex presidente do Brasil), duas antigas amigas de militância em Belo Horizonte, um imenso afeto e carinho, que me ajudaram a segurar as “barras emocionais”. Aos poucos, fui, verdadeiramente, encontrando meu lugar afetivo no grande coletivo de mulheres que por muito tempo fizeram parte de nosso “mundinho” na Torre<sup>3</sup> (Freire, 1977, p.294)

Maria de Oliveira, sua filha, cuja infância decorreu com visitas ao presídio, onde seus pais se encontravam presos, assim descreve sua primeira infância:

Tenho praticamente a mesma idade que as memórias deste livro. Seus autores tinham esta mesma idade quando estiveram no Tiradentes. Comecei a viver toda essa história dentro da barriga de minha mãe. O mundo não existiria para mim sem esses fatos. Vi nascer a base da dignidade e da solidariedade, de certa forma, no Tiradentes. Aprendi a andar, a falar e a ler durante esse tempo. Foi um pouco minha casa. (Freire, 1997, contracapa)

A referência à solidariedade das companheiras de prisão constitui um importante ponto em comum, nos relatos de brasileiras, uruguaias e argentinas. São muitas as referências à desumanização impostas pela repressão e a humanização da solidariedade. Quando se comparam tais relatos aos testemunhos dos campos de concentração, evidencia-se a importância do sentido de solidariedade e da empatia dos laços da militância, como foi o caso, nos campos de concentração, dos coletivos de comunistas e os dos Testemunhas de Jeová.

---

<sup>3</sup>N.A : dado o fato de que a ala feminina do presídio Tiradentes se localizava\ numa torre, o local ficou conhecido com a Torre das Donzelas.



## Entre a escrita e a vida

Inicialmente, tratemos das dificuldades em testemunhar, em recordar, em se aproximar de novo da experiência limite da dor, da privação, do medo, do horror. Não é à toa que um dos títulos das obras de testemunho de Jorge Semprún<sup>4</sup> seja “a escrita ou a vida”. Diferentemente do que se supõe, para que um jovem de 20 escrevesse sobre sua experiência no campo de concentração era preciso, antes, viver, interpor realizações, vínculos afetivos e experiências de vida. Assim, Jorge Semprún explica porque demorou tantos anos para escrever sua experiência e porque jamais retornou em Buchenwald, a partir de um dia de abril de 1945, quando o campo foi liberado por soldados americanos.

As razões dessa recusa são claras e precisas, fáceis de determinar. Em primeiro lugar, durante um longo período, elas decorem de minha decisão de esquecer esta experiência mortífera, para conseguir sobreviver. No outono de 1945, com vinte e dois anos, comecei a elaborar literariamente esta experiência: esta memória da morte. Mas isso se tornou impossível. Entendam, mas seria impossível sobreviver à escrita. A única solução possível para a aventura de testemunhar seria a minha própria morte” (Semprún, 1994, p.92-3).

Para outros, no entanto, a palavra foi o instrumento da sobrevivência e de resistência, como no caso da etnóloga francesa Germaiane Tillion. Após sua prisão, foi enviada ao campo de Ravensbrück. Esse era um campo de concentração para mulheres, cerca de metade das quais presas por razões políticas – e usando o triângulo vermelho que as distinguia das judias (triângulo amarelo) e presas comuns. Cerca de sete mil prisioneiras passaram por Ravensbrück. Germaine organizou atividades culturais e escreveu uma ópera cômica sobre a terrível rotina do campo. *Le Verfügbas aux Enfers. Une opérettte à Ravensbrück*, além de ser um dos poucos textos escritos dentro dos campos de concentração, é também um texto escrito por uma mulher. Segundo Todorov:

(...) convencida que a lucidez é uma arma contra a barbárie, e afetada profundamente pelos sofrimentos que a cercam, ela ajuda suas companheiras oferecendo-lhes esse quadro – ao mesmo tempo preciso e distanciado – de sua existência, permitindo-lhes enxergá-la de fora e melhor compreender suas

---

<sup>4</sup> Jorge Semprún Maura (Madrid, 10 de dezembro de 1923 - Paris, 7 de junho de 2011) foi um escritor, intelectual, político e roteirista cinematográfico espanhol que escrevia em francês, por ter se exilado muito jovem em Paris, onde estudou filosofia. Destacou-se também como dirigente do Partido Comunista espanhol na clandestinidade.

razões e consequências, ao invés de simplesmente lamentá-la”.  
(Bromdeberger E Todorov, 2002, p.30).

Calar-se para poder viver não deixa de ser a principal razão para que os testemunhos femininos tenham se calado sobre as sevícias sexuais. No Brasil, foi a constituição da Comissão Nacional da Verdade e, principalmente as comissões estaduais, universitárias e congêneres que foram sendo criadas, que permitiu não apenas uma visão mais abrangente sobre as atingidas como, a revelação das agressões e torturas sexuais sofridas pelas mulheres. Por que essas denúncias só foram formuladas muitas décadas depois? O que explica o silêncio?

Uma cena do filme “Que bom te ver viva”, de 1988, da cineasta e ex-prisoneira política Lucia Murat, nos ajuda a entender o que implicava revelar publicamente as sevícias sexuais sofridas. O filme é também um documentário onde a personagem da própria Lucia é representada pela atriz Irene Ravache. Na citada cena ela diz que não quer mais dar entrevistas nem falar sobre tortura. As ex-prisioneiras eram jovens que queriam voltar a ter uma vida sexual e afetiva e não serem olhadas como vítimas, retornar à normalidade era a aspiração geral. No exílio, por exemplo, houve uma notória onda de gestações e nascimentos. Criar vida, manter-se viva, eram essas as motivações de muitas militantes que tinham escapado antes de serem presas ou soltas após os sequestros de diplomatas como ocorreu no Chile. Mas uma das militantes que fora barbaramente torturada e seviciada sofreu um surto mental por ocasião da dor do parto, comprovando como as sequelas físicas e mentais não desaparecem nunca.

### **Sobreviventes: A experiência do exílio**

O exílio afetou diferentemente as fugitivas, segundo sua classe social e grau de responsabilidade familiar. A sangrenta derrubada do governo Allende provocou um êxito mais dramático, pois o Chile representava a única opção da esquerda latino-americana depois do fracasso da luta armada e da escalada da Guerra Fria. Alguns países foram mais generosos, como o caso da França, e, com o tempo, Paris e suas cercanias passaram a ser o centro mais ativo dos militantes exilados. Por isso, não é de se estranhar a importância do feminismo francês na formação das brasileiras, especialmente com a constituição do Círculo de Mulheres composto por exiladas e estudantes brasileiras no exterior, as quais se adicionaram depois

exiladas de outros países do Cone Sul<sup>5</sup>. Ademais, a experiência do exílio significou inicialmente um estranhamento com respeito ao país de abrigo. Para os banidos e os exilados com condenação no país, a única e remota perspectiva de retorno seria uma anistia. E foi em torno dela que os exilados se organizaram com apoio internacional, ao mesmo tempo em que eram impelidos a integrar-se à vida cotidiana nos países de exílio.

O impacto dessa experiência foi especialmente forte entre as mulheres que, no encontro com o feminismo europeu, passaram a refletir sobre sua própria situação. A dimensão subjetiva foi finalmente reconhecida e fez sua – ainda tímida – entrada no rol das questões políticas. O exílio permitiu a liberação da pressão familiar e da pressão do ambiente. Em muitos sentidos, o exílio foi um “tempo em suspensão”. Como muitos, e porque éramos jovens, a permanência no exterior parecia definitiva. Na nossa autorrepresentação, éramos exilados, não nos sentíamos como imigrantes, diferentemente dos milhares de cidadãos chilenos e argentinos que foram obrigados a viver no exterior sem perspectiva de volta. Aqui também caberia fazer referência a esse *ethos* especial de que estávamos imbuídos, ao projeto de transformação política que muitos nunca abandonaram.

No Brasil, diferentemente do Chile, o exílio político não atingiu milhares de pessoas de todas as classes sociais, mas sim uma parcela menor e em sua maioria pertencente à classe média intelectualizada. A experiência do exílio permitiu o contato íntimo com outras realidades, quando não a aculturação de muitos exilados. Em *O homem desenraizado*, Tzvetan Todorov fala da capacidade humana de “aquisição progressiva de uma nova cultura, de que todos os seres humanos são capazes”. Cada país em que os exilados se fixaram permitiu um tipo específico de acultramento, isso é, de mudanças de valores, de perspectivas, etc. Existem três experiências que considero as mais profundas: a experiência do “socialismo real” para todos aqueles que viveram em Cuba; a experiência do Estado de Bem-estar numa democracia capitalista, como a França e a Suécia; e a experiência da transição pacífica (e frustrada) para o socialismo daqueles que viveram no Chile.

---

<sup>5</sup> O Capítulo 10 do relatório da Comissão Nacional da Verdade trata da “Violência sexual, violência de gênero e violência contra crianças e adolescentes.” A violência sexual e de gênero como instrumento de poder e dominação é apresentada a partir da página. 402. ([https://www.gov.br/memoriasreveladas/pt-br/assuntos/comissoes-da-verdade/volume\\_1\\_digital.pdf](https://www.gov.br/memoriasreveladas/pt-br/assuntos/comissoes-da-verdade/volume_1_digital.pdf)), Visto no dia 07/04/2024).

Como o maior contingente de exilados na Europa provinha da classe média, as formas de sobrevivência também passavam pelo apoio familiar, ademais da solidariedade internacional e ou local. Essa é uma grande diferença para com respeito aos demais latino-americanos. Éramos poucos e fomos os primeiros da leva 1968. Os *tupamaros*, que até hoje existem como grupo atuante, tinham uma ligação com sindicatos e movimentos populares e seu declínio é mais lento do que o tempo médio de existência das organizações revolucionárias no Brasil. As proporções atingidas pelas crises econômica e política no Uruguai, somadas à repressão, e as que posteriormente atingiram a Argentina, não encontraram precedentes no Brasil. E o exílio seguiu uma rota nova. Quando a *débâcle* argentina desabou, foram milhares os mortos, desaparecidos e aprisionados em condições abomináveis. O sequestro das crianças criou uma situação traumática inédita na história do país, em que o movimento das mães é o símbolo e a grande força moral do país da “guerra sucia”.

Nos anos 80, a configuração política internacional era outra. A queda do muro de Berlim, as políticas neoliberais e a reconquista da democracia na Espanha modificaram as rotas dos exílios. Portugal, com a Revolução dos Cravos em 1974, e a Espanha, com a consolidação do processo de abertura política, passaram a ser a meta dos milhares de perseguidos políticos do Cone Sul. Mesmo o Brasil começou a receber latino-americanos no contrafluxo.

As pesquisas iniciais revelam um fato interessante: a importância da diáspora dos psicanalistas argentinos nos países em que se sediaram. Para o Brasil, vieram participantes da corrente crítica da psicanálise, encabeçados por Emilio Rodrigué, que se fixou na Bahia, exercendo profunda influência na formação de psicanalistas. A maior parte, no entanto, preferiu deslocar-se para países de língua espanhola, como o México e a Espanha pós-Franco, que se tornaram países de acolhida e foram profundamente influenciados pelo(a)s psicanalistas argentino(a)s.

### **É possível falar da “banalidade do mal” ?**

Em *Arriscar o impossível*, Slavoj Žižek observa que a tese da banalidade do mal de Hanna Arendt deixa de lado uma dimensão fundamental do funcionário-torturador, concernente “à tensão entre a lei e seu fundo obscuro.” Eichmann e congêneres não eram simples funcionários no cumprimento de seu dever mas funcionários de um modo perverso. Ele lembra que os perversos sexuais aumentam seu prazer pela transformação

do sexo “numa espécie de ritual quase burocrático, planejado de antemão, com códigos próprios e assim por diante. O prazer provém da tensão entre a atividade instrumental puramente performativa e a maneira secreta obscena pela qual ela é desfrutada.” (Zizek, 2008, p.158)

Desta maneira, é preciso enfatizar esse ponto, a odienta prática da tortura foi sempre um monopólio do terrorismo de Estado. Nada justifica a tortura. Essa é uma posição de princípio. Daí que, até hoje, os torturadores querem permanecer clandestinos apesar de não estarem arrependidos. No período da ditadura, muitos deles se jactavam de seus atos, como a famosa entrevista do mais conhecido torturador do Brasil, o delegado Sergio Paranhos Fleury na revista *Veja* de 12 de novembro de 1969, dando notas aos torturados por seu grau de resistência. Alguns anos depois, quando denunciados, como no caso do torturador David Araújo, o famigerado Capitão Lisboa do DOI-CODI, ridicularizavam a denunciante afirmando “não torturar mulher feia” (Nascimento, 2.008, p.13).

Durante anos sentimos medo. De sermos presas, torturadas, mortas. Tínhamos medo do carro que parecia nos seguir; de pessoas que caminhavam atrás de nós, da campainha quando não esperávamos nenhuma visita; das sombras, dos telefonemas à noite, dos ruídos de passos, ah! como a boca se amargava, o coração batia mais rápido e quanta angústia, dia e noite. O jornal *Pasquim* criou um personagem típico dos anos de chumbo: Ubaldo, o paranoico. Éramos milhares de Ubaldos e Ubaldas. Medo no Brasil, medo no Chile, medo na Argentina, medo no Uruguai. O Cone Sul transformou-se no lugar do medo. Toda uma geração cresceu entre os sussurros, os desaparecimentos, a tristeza.

Por medo, escondíamos nosso passado político quando pudemos retornar ao país. Por medo, não pudemos gozar do novo dia que o *apesar de você* de Chico Buarque nos prometia. O medo incrustado na alma para sempre. E a cautela medrosa da esquerda, dos “vencidos”, pois temos sim, muito medo da direita. A direita hoje proclama que tivemos uma “ditabranda”, através da imprensa. Porque houve um desmando na política da reparação, a direita denota a “bolsa guerrilha”, igualando jornalistas oportunistas às vítimas da ditadura.

O corajoso depoimento de quatro ex-presas políticas, no seminário *A Revolução Possível: homenagem aos mortos e desaparecidos políticos*”, ocorrido na Unicamp em

1996, constitui uma comprovação eloquente das atrocidades cometidas pela ditadura militar contra oponentes políticos. Criméia de Almeida, da *Comissão dos Familiares dos Mortos e Desaparecidos Políticos*, uma sobrevivente da chamada “Guerrilha do Araguaia”, foi militante do Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Falando inicialmente da passagem da luta política à clandestinidade e da opção pela luta armada, ressaltou o processo instaurado pelos atos institucionais criados pela ditadura militar, através do qual um cidadão comum, que havia feito uma opção política, tornava-se um criminoso. Seu discurso, em seguida, concentrou-se no lugar ocupado pela mulher nas organizações de esquerda, enfatizando sua discriminação. Atribui sua posterior entrada no movimento feminista às experiências vividas, naquele momento, como mulher.

Criméia de Almeida foi presa grávida. Mostrou em seu depoimento o paradoxo de que, de um lado, a esquerda exigia da mulher “um comportamento masculino”, o que criava inevitáveis conflitos com o que era especificamente feminino, a gravidez. Do outro lado, a repressão utilizou a gravidez como mais um instrumento para torturar mulheres. Rose Nogueira, ex-militante da ALN (Ação Libertadora Nacional), foi presa quando seu filho tinha pouco mais de um mês. Seu depoimento foi eloquente no que se refere ao uso que a repressão fez do corpo feminino e da maternidade na tortura, deixando marcas, físicas e psicológicas, que nunca se apagaram. Jornalista desde os 17 anos, Rose Nogueira denunciou a presença ativa das forças repressivas daquele momento no atual cenário brasileiro. Seu depoimento acentuou a importância de lembrar que os torturados daquela época não eram agentes “excepcionais”, mas funcionários que pertenciam ‘às Forças Armadas, que mantiveram seus cargos e foram, inclusive, promovidos, sendo o Major Brillante Ustra, posteriormente adido militar do Brasil no Uruguai - citado em todos os depoimentos, inclusive pela atriz e ex-deputada Bete Mendes - um dos casos exemplares desta impunidade.

Eleonora Menecucci de Oliveira, socióloga, doutora em Ciências Sociais, ex-militante da POLOP (Política Operária), iniciou seu depoimento cumprimentando as organizadoras do seminário pela coragem de trazer o tema das mulheres para o resgate da história daquele período, uma vez que elas ocupavam “a cozinha das organizações de esquerda”. Ressaltou que, apesar das desigualdades internas às organizações, as mulheres, como militantes, comportaram-se com a mesma coragem que os homens, ao se organizarem na resistência à ditadura, enfrentarem a repressão e resistirem à tortura. Seu

depoimento foi particularmente dramático pois relatou os maus tratos sofridos por sua filha, com um pouco mais de um ano na época, sob seus olhos e, ainda, diante da filha do torturador, presente à cena. Eleonora concluiu que, no seu caso pessoal, o feminismo, ao qual se engajou, representou a possibilidade de lidar com a subjetividade “engessada” neste período de intensa luta política.

Os depoimentos foram contundentes em dois aspectos: ressaltaram como a relação mãe-filho foi utilizada pela repressão na tortura à mulher e como o corpo feminino foi utilizado e vilipendiado, sendo seu sofrimento objeto de um prazer sádico por parte dos agentes da repressão. Falavam do corpo da mulher em sua dimensão política e cultural, ou seja, de um corpo tratado a partir da concepção do que é ser mulher em nossa sociedade.

Inês Etienne, historiadora, única sobrevivente da “casa da morte”, em Petrópolis, que foi descoberta graças ao fato dela ter escutado um número de telefone, nos mais de três meses que lá passou em cárcere privado, é testemunha de inúmeros assassinatos. Para a casa de Petrópolis eram levados os presos já marcados para morrer, em decorrência ou após intermináveis sessões de tortura. Este foi o caso de Eleny Guariba, estudante da USP. Inês, como Criméia de Almeida, retomou a história da militância de esquerda no Brasil, lembrando que, depois do golpe militar de 1964, os militantes fichados como comunistas foram obrigados a ir para a clandestinidade, mas que o período de repressão violenta e a prática da tortura sistemática e institucionalizada viriam mais tarde, a partir de 1968, com os atos institucionais.

Inês Etienne acentuou a importância de se rever a imagem dos militantes da época, sobretudo aquela veiculada pela mídia, ressaltando que a opção pela luta armada foi fruto de experiências anteriores de antigos militantes, comportando, desde sua origem, quadros políticos experientes. Esta realidade distancia-se, portanto, da imagem dos militantes como estudantes “idealistas” e “sonhadores” de classe média, como era apresentada, por exemplo, no seriado “Anos Dourados” da Globo. Segundo seu relato, existiam nas organizações operárias, camponeses, médicos, enfim pessoas com profissões definidas (como demonstra o “Dossiê dos Mortos e Desaparecidos”) que se engajaram na resistência à ditadura, através da opção pela luta armada.

No que se refere à situação específica da mulher, Inês Etienne disse não ter sido pessoalmente discriminada, assumindo cargos de direção na organização da qual fez parte

(VPR-Vanguarda Popular Revolucionária), ressaltando que o problema estava na ausência de espaço para a individualidade, tanto para o homem quanto para a mulher, na medida em que viviam exclusivamente a opção por realizações coletivas.

Assim, os sobreviventes das salas de torturas e das prisões brasileiras carregam uma pesada herança de ter vivido experiências limites. A mais terrível, sem dúvida, era representada pela absoluta impotência frente ao torturador, ao algoz. Ficar à mercê de psicopatas.

### **A dimensão psíquica dos traumas sofridos**

Das entrevistas e conversas com ex-presas políticas ficou principalmente a narrativa da dor e do medo. Rosalina Cruz fala do que sentiu quando, após ter sido barbaramente torturada por dias a fio, foi finalmente levada ao Tribunal Militar e lá denunciou as sevícias que lhe foram impostas. Ela imaginou que não mais voltaria ao quartel, mas ao entrar no camburão foi imediatamente algemada e encapuzada. E, aí, ouviu a voz irônica do oficial que sempre a torturava dizendo: Ah! Então Rosinha, você voltou para mim? Já Amélia Teles, após ter cumprido sua pena e ter sido solta, encaminhava-se para seu curso na rua Augusta, quando ouviu a voz de comando do seu torturador, o sinistro Brillhante Ustra, que por coincidência passava por perto. Ela escondeu-se apavorada pois a memória traumática era insuportável.

No entanto, apesar das ameaças e riscos, tanto Rosalina Cruz como Amélia Teles continuaram militando, como socialistas e feministas. Atualmente, Amélia Teles é membro da Comissão da Verdade Rubens Paiva da Assembleia Legislativa de São Paulo e Rosalina Cruz da Comissão da Verdade Nadir G. Kfoury da PUC-SP.

Mas nem todas as ex-prisioneiras puderam ou quiseram persistir na vida política. E, para muitas e muitos, o isolamento e a discriminação que sofreram quando saíram das prisões, aprofundou as marcas e impregnou suas vidas pessoais. Ademais da derrota de suas ideias e projetos, a dor e a solidão psíquica foram e são muito fortes.

A experiência traumática pode exigir muito tempo para ser lembrada e esta impossibilidade decorre de diferentes motivos. O sentimento de humilhação e vergonha é um forte impedimento. E, como sabemos, o cotidiano dos campos de concentração nazistas, e dos locais de tortura nas ditaduras militares, era marcado pelas práticas de degradação dos prisioneiros. Também o sentimento de culpabilidade é um poderoso



impedimento. Ter delatado um companheiro, sentir-se responsável pela morte de alguém, por exemplo. A escolha de não lembrar pode ser explicada pelo dano que a recordação implica, não obstante a psicanálise alertar para o fato de que, quando não colocamos em palavras nosso mal estar, nosso corpo fala, através dos tiques, da insônia, das dores de estômago e tantos outros sintomas físicos.

Do ponto de vista da teoria freudiana, nada do vivido se perde. No buraco negro da mente toda a emoção deixa um rastro. A porta de entrada pode ser o sonho, o ato falho, a associação livre. Para além da discussão sobre as dimensões jurídicas e políticas dos processos de transição, e de todo o mérito dos pressupostos da justiça transicional, falta aprofundar as consequências subjetivas da impunidade. Isso porque a reparação é um processo complexo e, em certa medida, fadado a um maior ou menor insucesso. Se, como no Brasil, a reparação se limita a um aporte financeiro e ao reconhecimento de que o torturado e/ou presos e ou/ assassinado e/ou desaparecido foi um combatente que tinha direito de resistir à ditadura, a impunidade dos responsáveis e o ocultamento das circunstâncias deixa uma enorme sensação de frustração. Mais do que isso, alimenta o medo. Pois a dor, as saudades e o medo são os sentimentos compartilhados pelos sobreviventes e seus familiares.

Finalmente, acho importante assumir uma perspectiva de gênero dadas as especificidades da violência contra a mulher militante, porque, não obstante os diferentes tipos de violências a que foram submetidas, as militantes fizeram uma escolha e sabiam dos riscos decorrentes de tal escolha. É nesse sentido que foram sujeitos do seu desejo. E é por isso também que testemunharam e narraram suas experiências. No caso brasileiro, a maioria das narrativas das militantes sobre as violências sofridas destacaram espancamentos, choques elétricos, afogamentos e outras formas de tortura, semelhantes as como sevícias sofridas. Foram necessários muitos anos para que as militantes pudessem falar dos abusos sexuais, das humilhações, estupros, além dos xingamentos, das ameaças sofridas pelas crianças, das solitárias repletas de baratas e outras pequenas crueldades.

Desta maneira, existe a dimensão pouco trabalhada, com raras exceções, dos danos psíquicos, das feridas da alma. Um tema recorrente nas entrevistas que fiz com militantes políticos dos anos de chumbo, concerne à terrível solidão subjetiva subsequente às falsas identidades dos anos de clandestinidade e/ou das dificuldades do

retorno a vida legal depois dos anos de prisão e exílio. E se é um duro fardo esconder a própria identidade social mais difícil ainda é a situação dos familiares, especialmente dos filhos.

A História comprova que o problema não reside exclusivamente em lembrar ou apagar a memória. Existe também a questão daquilo que passa a ser lembrado e daquilo que é deixado de lado. Nesse sentido, a memória da resistência armada da geração 1968 não pode ser separada de seus projetos e lutas. Diferentemente de outras revoluções, a de 1968 tinha como objetivo mudar o mundo e não tomar o poder, no sentido de apropriar-se do poder de Estado. Essa foi a geração do contrapoder – contra o poder da Igreja, do Estado, da Família, do Homem Branco, etc.

A psicanalista Caterina Koltai, em entrevista concedida à revista *Percurso* n.51 (Revista de Psicanálise, Ano XXVI - Dezembro de 2013) estabelece uma divisão importante entre políticas de reparação e luta por direitos. As reparações foram concessões feitas pelos governos pós ditaduras. Aos mortos e desaparecidos políticos foi concedido um atestado de óbito e reparações econômicas a seus familiares. Aos perseguidos com prejuízos em sua profissão é concedido o estatuto de anistiado político e uma reparação pecuniária proporcional aos danos sofridos. Toda a tramitação correndo de forma burocrática, por meio de uma solicitação com as provas da situação de perseguido político. As decisões são tomadas entre quatro paredes e os resultados publicados no *Diário Oficial*.

Mas o direito à verdade ficou obliterado. Não vamos "provocar" os militares, foi um dos refrãos dos prudentes. E é por isto que o general Brilhante Ustra, dos mais cruéis torturadores, reconhecido por inúmeras denúncias, que incluem a ex-ministra Eleonora Menecucci, a atriz Bete Mendes, Amélia Telles, entre outros pode exibir sua arrogância e prepotência perante uma Comissão da Verdade de poderes limitados. Pior do que isso, tornou-se o herói da extrema direita bolsonarista, com sua fisionomia hedionda estampada em camisetas do clã Bolsonaro.

Em resumo, até muito recentemente as políticas de reparações se limitaram a um dos três pilares da justiça de transição, qual seja, a reparação econômica. O direito à verdade, com a apuração dos fatos e a punição dos responsáveis pareciam ter ficado definitivamente fora da pauta. As comissões da verdade iniciaram uma mudança importante. A partir delas será possível deslocar a questão do campo da vítima para o

campo do sujeito de direitos. No campo dos direitos individuais e no campo dos direitos de toda a sociedade que precisa e deve conhecer a verdade dos fatos.

## Referências

ALTOUNIAM, Janine. *L'intraduisible: deuil, mémoire, transmission*. Paris: Dunod, 2005.

ACHUGAR, H. *La voz del otro: testimonio, subalternidad y verdad narrativa*. Lima, Pittsburg: Latinoamericana Editores, 1992.

ARANTES, Maria Auxiliadora de Almeida Cunha. *A subversão do eu*. <http://www.estadosgerais.org/historia/subversao.ahtml>.

ARENDDT, Hannah. *On Violence*. New York: Harcourt Books, 1970, p.15-16.

BAUMAN, Z. *Modernidade e Holocausto*. Tradução Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

BETTELHEIM, B. *Sobrevivência e outros estudos*. Tradução Maria Christina Monteiro. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

BROMBERG, C. et TODOROV, T. *Germaine Tilion, une ethnologue dans le siècle*. Aix-en Provence: Actes Sud, 2002.

CARUTH, C. *Modalidades do despertar traumático (Freud, Lacan e a ética da memória)*. In Arthur Nestrovski; Márcio Seligman-Silva (Orgs.) *Catástrofe e Representação*. São Paulo: Escuta, 2000. 2000, p. 111-136.

DELBO, Charolotte. *Aucun de nous ne reviendra*. (1970) Paris: Les Éditions de Minuit. 2007.

FREIRE, Alípio; ALMADA, Izaias e PONCE, J.A. de Granville. (org.) *Tiradentes, um presídio da ditadura*. São Paulo: Scipione Cultural, 1997.

GAGNEBIN, Jeanne Marie *Sete aulas sobre linguagem, memória e história* Rio de Janeiro: Imago, 1997.

GRINBERG, León y Rebeca Grinberg, *Psicoanálisis de la migración y el exilio*, Alianza Editorial, Madrid, 1984.

HALBWASCHS, M. *A memória coletiva*. Tradução Laurent Leon Schaffter. São Paulo: Vértice Editora, 1990.

ZQUIERDO, I. Lembranças e omissões (entrevista). *Pesquisa Fapesp*, n. 99, 2004, p. 16-21.

JAFFE, Noemi. *O que os cegos estão sonhando?* Com o diário de Lili Jaffe (1944-1945) São Paulo, Editora 34, 2012.

KERTÉSZ. Imre. *Eu, um outro*. São Paulo: Planeta, 2007, p.95



KLUGER, Ruth. *Paisagens da memória: autobiografia de uma sobrevivente do Holocausto*. Tradução de Irene Aron. São Paulo: Ed.34, 2005.

-----*Réfus de témoigner* . Paris: Editons Viviane Hamy, 1996.

LEVI, Primo. *Os afogados e os sobreviventes*. São Paulo: Paz e Terra,1990.

LOPEZ, Ernesto. A construção do controle civil: Argentina, Brtasil e Chile in SAINT-PIERRE, H.L. e MATHIAS, L.S. (org.) *Entre voto se botas. As forças arnadas no labirinto latino-americano do novo milênio*, Franca: UNESP, 2001.

LUCA, Derley Catarino de *No Corpo e na Alma*. Criciúma: Ed. do autor, 2002.

MERCADO, Turuna. *En estado de memoria*. Buenos Aires: Seix Barral, 2008.

MORAES, M. L. Q. (Org.). *Memórias da Repressão Militar e da Resistência Política*. Campinas: IFCH/UNICAMP, 2009.

NAQUET, Pierre Vidal.*Les assassins de la mémoire*. Paris: La Découverte, 1987.

PIOVESAN, Flávia “Direitos Humanos e Globalização”. In: *Direito Global*, 1º ed., Max Limonad, 1998, São Paulo.

POLLAK, Michel. *L’expérience concentrationnaire*. Paris:Editions Metailié, 2000.

-----Le Témoignane. *Actes de la recherche en sciences sociales*. Paris, 62-63, 1986, p. 3-29.

REBOLLEDO, Loreto. *Memórias del desarraigo. Testimonios de exílio y retorno de hombres y mujeres de Chile*.Santiago: Editorial Catalonia, 2006 (217 páginas).

RIDENTI, Marcelo, *As esquerdas em armas contra a ditadura (1964-74): uma bibliografia*. *Cadernos AEL* v.8. n.14/15, 2001, p. 257-94.

TILLON, Germanine. *Le Verfügbas aux Enfers. Une opérettte à Ravenbück*. Paris: Éditions de La Martinière, 2005.

TODOROV, Tzvetan. *O homem desenraizado*. Record. 1999.

SELIGMANN-SILVA, M. A escritura da memória: mostrar palavras e narrar imagens. *Terceira Margem*,VI, n. 7, 2002, p. 91-107.

SEMPRÚN, Jorge. *L’écriture ou la vie*, Editons Gallimard, 1994.

TRAVERSO, Enzo, *L’Histoire comme champ de bataille*. Interpretar les violences du XXe siècle. Paris: Editions La Decouverte, 2011, p.265.

ZALTSMAN, Nathalie. Une volonté de mort .*Topique, revue freudienne*, 38º ano, n.100, 2008. Paris: Editions L’Esprit du Temps, p.95.

ZIZEK, Slavoj e DALY, Glyn. *Arriscar o impossível*, São Paulo: Editora Martins Fontes, 2006. p.158.

WAISBROT, Daniel et alii. *Clínica psicoanalítica ante las catástrofes sociales*. La experencia argentina. Buenos Aires, Barcelona, México : Paidós, 2003.